



Número: **0708533-65.2019.8.18.0000**

Classe: **HABEAS CORPUS CRIMINAL**

Órgão julgador colegiado: **2ª Câmara Especializada Criminal**

Órgão julgador: **Desembargador JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO**

Última distribuição : **28/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 100,00**

Processo referência: **0000156-66.2019.8.18.0059**

Assuntos: **Habeas Corpus - Cabimento, Liminar**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado
IVAN LOPES DE ARAUJO FILHO (IMPETRANTE)		IVAN LOPES DE ARAUJO FILHO (ADVOGADO)
LUIS NUNES NETO (PACIENTE)		IVAN LOPES DE ARAUJO FILHO (ADVOGADO)
Juiz de Direito da comarca de Luis Correia (IMPETRADO)		

Documentos		
Id.	Data da Assinatura	Documento
58172 5	29/05/2019 10:22	<u>Decisão</u>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO PLANTÃO JUDICIÁRIO

PROCESSO Nº: 0708533-65.2019.8.18.0000

CLASSE: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307)

ASSUNTO(S): [Habeas Corpus - Cabimento, Liminar]

IMPETRANTE: IVAN LOPES DE ARAUJO FILHO

PACIENTE: LUIS NUNES NETO

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE LUIS CORREIA

EMENTA

HABEAS CORPUS. DECRETO PRISIONAL. CRIME DO ART. 343 DO CÓDIGO PENAL. PROMETER VANTAGEM A TESTEMUNHA. CONDUTA PRATICADA SEM VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA. IMPOSIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA SOMENTE COMO ULTIMA RATIO. EXISTÊNCIA DE MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO ADEQUADA E SUFICIENTE. LIMINAR CONCEDIDA PARA SUBSTITUIR A CUSTÓDIA CAUTELAR PELA PROIBIÇÃO DE MANTER CONTATO COM TESTEMUNHAS.

DECISÃO

Trata-se de *Habeas Corpus*, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Ivan Lopes de Araújo Filho em favor de LUIS NUNES NETO e contra a prisão preventiva decretada pelo Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Luís Correia/PI.

Em síntese, relata o impetrante que o Ministério Público do Estado do Piauí representou pela prisão preventiva do paciente apontando a suposta prática do crime do art. 343 do Código Penal; que consta da representação que “o Paciente é parte em diversos processos judiciais, procedimentos policiais, administrativos, fiscais e outros extrajudiciais instaurados pelo Ministério Público nos quais supostamente se constata sua forte atuação voltada a grilagem de terras no Município de Luís Correia/PI, com uso de condutas arbitrárias para invasão de terras e desobediência a ordens judiciais”; que, segundo o Ministério Público, haveria inícios de que o paciente “ameaça, intimida e corrompe pessoas, de modo a lograr êxito em seus intentos criminosos, bem como apagar os vestígios das supostas infrações que pratica”; que, “a despeito disso, o pedido de representação apresentado pelo MPPI fundamenta-se, somente, na suposta tentativa de corrupção da ‘testemunha’ Sr. CARLOS ANTONIO DE SOUZA JUNIOR, a qual informou, junto ao MPPI,



que no dia 15/04/2019, por volta das 19h00min, o Paciente teria lhe procurado propondo um ‘acordo’ para extinção de uma ação cível”; que, “assim, o Juízo entendeu que a liberdade do paciente representa riscos de que este possa provocar embaraços à persecução penal”, decretando sua prisão preventiva.

Alega que o crime do art. 343 do Código Penal tem pena máxima de 4 (quatro) anos; que a pena superior a 4 (quatro) anos, conforme o aludido tipo penal, restringe-se às condutas praticadas contra a Administração, não sendo o caso dos autos e que, portanto, incabível a prisão preventiva; que “a infração penal imputada em desfavor do Paciente, do modo como se encontra disposta no áudio, anexado a esta petição, não envolve a prática de atos imbuídos de violência e grave ameaça, o que retira por completo a presunção de periculosidade a recomendar o afastamento do convívio social”.

É o que basta relatar. DECIDO.

Em regra, somente se admite a prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com pena máxima superior a 4 (quatro) anos, nos termos o art. 313, I, do Código de Processo Penal.

Apesar de o impetrante alegar que a pena do crime atribuído ao paciente não atingir o *quantum* de pena máxima exigido para o cabimento da prisão preventiva, a representação do Ministério Público imputa a prática do delito do art. 343, parágrafo único, do Código Penal, *in verbis*:

Art. 343. Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, cálculos, tradução ou interpretação: Pena – reclusão, de três a quatro anos, e multa. Parágrafo único. As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.

Ao menos em tese, admite-se a prisão preventiva.

Pois bem. De acordo com o Ministério Público, “há indícios suficientes de que o representado está promovendo esforços para interferir na produção de provas de procedimento investigativo judicial, bem como tentando subornar testemunhas”.

A conduta imputada, ainda segundo a representação, consiste no fato do paciente ter procurado CARLO ANTONIO DE SOUSA JÚNIOR propondo-lhe um acordo para extinção de ação cível. Nesse acordo, o paciente concederia o registro de imóveis da área em litígio judicial para aquela testemunha e, em contrapartida, ele “teria que convencer os funcionários – que presenciaram o fatos delituosos decorrentes da invasão de terras – a não reconhecer ninguém no inquérito policial instaurado para apurar os delitos de esbulho possessório, associação criminosa, dano e outros, em que possui como um dos indiciados o ora representado”.

Dante dessa representação, o magistrado *a quo* decretou a preventiva, ressaltando:

“Pelo que temos dos autos, o investigado responde por outras ações penais. E além disso, é requerido em ações cíveis de natureza possessória, cujo conflito tem revelado a ocorrência de atos de violência, turbação, mesmo que com ordem judicial expressamente proibindo a prática de quaisquer atos desta natureza nas áreas em litígio, o que demonstra seu total desrespeito aos agentes representantes do Estado. Suas investigações buscam esconder provas, que são vitais para a elucidação de fatos, que se comprovados, comprometerá criminalmente o réu e seus companheiros na possível organização criminosa.



Com efeito, o juiz, na análise do status libertatis do investigado, deve avaliar a gravidade do crime, a circunstância do fato e as circunstâncias especiais do investigado, visando-se evitar novas práticas de infrações penais. (art. 282, I e II, do CPP).

Para tanto, não é necessário que o investigado seja reincidente ou esteja respondendo por outras ações penais, bastando que esteja suficientemente demonstrada a periculosidade do agente.

De mais a mais, em última análise, deve-se ainda considerar se algumas das medidas cautelares diversas da prisão não seria suficiente para a espécie, para somente então poder implicar a mais dura das imposições cautelares, o cerceamento da liberdade. Como vimos, o grande perigo do agente é estar em liberdade, podendo ter acesso a pessoas e a informações que dizem respeito com os crimes que estão sob investigação, não sendo suficientes para contê-lo nenhuma das cautelares previstas no art. 319, do CPP". (grifei)

Não se pode olvidar que, nos termos do art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal, “a prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319)”.

Muito embora o magistrado tenha feito referências a supostos “atos de violência” relacionados a ações cíveis de natureza possessória em que o paciente figura como parte, decerto que o édito prisional não aponta nenhum indício da periculosidade do paciente.

Além de não indicar concretamente esses “atos de violência” relacionados a ações cíveis, a prisão não foi decretada em relação àquelas condutas. O fato ensejador da custódia foi tipificado no art. 343 do Código Penal – “dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha”, conduta esta destituída de qualquer violência ou grave ameaça pela sua própria natureza.

Portanto, há de se reconhecer que a conduta imputada ao paciente na representação do Ministério Público – prometer vantagem a testemunha –, embora grave, não revela nenhum “ato de violência”, nem excede as elementares do próprio tipo penal.

Ora, a prisão preventiva somente se justifica quando presentes os requisitos do art. 312 do CPP e as medidas cautelares diversas da prisão se revelarem inadequadas ou insuficientes.

No caso dos autos, a prisão preventiva mostra-se desarrazoada, considerando que custódia cautelar deve ser imposta somente como *ultima ratio*, sendo ilegal a sua determinação quando existirem outras medidas menos invasivas ao direito de liberdade por meio das quais seja possível alcançar o mesmo objetivo da prisão.

Aproveito a oportunidade para transcrever trecho do voto do Min. Néri Cordeiro no Habeas Corpus nº 509.030, impetrado em favor do ex-Presidente Michel Temer, considerando que *ratio decidendi* se assemelha ao presente caso e representa o entendimento deste julgador:

“O juiz criminal deve conduzir o processo pela lei e Constituição, com imparcialidade e, somente ao final do processo, sopesando adequadamente as provas, reconhecer a culpa ou declarar a absolvição. Juiz não é símbolo de combate à criminalidade, é definidor da culpa provada, sem receios de criminosos, sem admitir pressões por punições imediatas.

Cabem as garantias processuais a qualquer réu, rico ou pobre, influente ou desconhecido, e centenas, milhares de processos são nesta Corte julgados para permitir esse mesmo critério a todos. O critério não pode mudar na imparcialidade judicial.

Já recebi comentário de que minhas decisões são previsíveis. Reconheço nessa



observação, elogio: a decisão deve se dar com igual critério a todos, não muda pelo nome do réu, não muda por seu destaque social, não muda pela operação policial desenvolvida, não muda pela repercussão na mídia. Justiça exige segurança, e s t a b i l i d a d e .

Aliás, destaco que por vezes se noticia o beneficiamento em recursos a acusados ricos, com advogados capazes de fazer chegar os processos à instância excepcional. Engano. A maioria dos nossos julgamentos é de crimes contra o patrimônio, tráfico de drogas, por réus pobres, merecendo muitas vezes até atendimento pelas muito eficientes Defensorias Públicas. A todos a justiça se dá por igual. Assim, somente sendo comprovados os legais riscos atuais, deverá dar-se o processamento com o acusado preso. Prisão final é resposta ao crime, prisão cautelar é resposta a riscos ao processo. Nessa condição, sem idônea fundamentação dos riscos legais (...), é de ser reconhecida a ilegalidade da decisão atacada”.

Em suma, tendo sido decretada a prisão do paciente tão somente pela possibilidade dele “ter acesso a pessoas e a informações que dizem respeito com os crimes que estão sob investigação”, diante da tentativa de influenciar uma testemunha, a proibição de manter contato com essa pessoa se revela suficiente para alcançar o mesmo resultado almejado pela decretação da prisão.

Em virtude do exposto, com fundamento no art. 282, § 6º, do CPP, concedo a ordem de *Habeas Corpus* para substituir prisão preventiva decretada em desfavor de LUIS NUNES NETO pela medida cautelar prevista no art. 319, III, do Código e Processo Penal, proibindo-o de manter contato com o Sr. Carlos Antônio de Sousa Júnior e com qualquer outra testemunha de acusação nos procedimentos criminais que eventualmente responda.

Após a expedição do contramandado de prisão correspondente, remetam-se os autos ao órgão julgador previamente sorteado, na forma do art. 6º, § 5º, da Resolução nº 111/2018 deste Tribunal.

Publique-se e intimem-se.

Desembargador ERIVAN LOPES
Desembargador Plantonista

